

# Plano de texto referencial e orientação argumentativa na defesa de Dilma Rousseff no processo de *impeachment*

*Referential text plan and argumentative guidance in defense of Dilma Rousseff in the impeachment process*

Josinaldo Pereira de Paula <sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho é um recorte da tese de doutorado que investiga o plano de texto e as representações discursivas (Rd) de Eduardo Cunha e Dilma Rousseff no processo de *impeachment* de número 001/2016 – AGU – que trata do discurso jurídico da defesa da Presidenta. A perspectiva teórica que adotamos advém dos pressupostos da Linguística do Texto, com foco na Análise Textual dos Discursos (ATD). No campo da ATD, recorremos a Adam (2011) e Passeggi *et al.* (2010). Com base nessa abordagem, observamos que o nível textual está situado no nível discursivo e que os significados de toda a manifestação textual acontecem co(n)textualmente. Nesse recorte trazemos o estudo referente ao plano de texto e à orientação argumentativa em que recorremos a Adam (2011), Passeggi *et al.* (2010), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), Passeggi (2001), dentre outros. Nesse sentido, propomos definições para a reprodução ou apresentação do plano de texto como sumária, descritiva, sumária-descritiva e referencial, apresentando as três primeiras no nosso conteúdo teórico, verificando a recorrência em trabalhos produzidos na área da ATD. Na nossa análise, propomos uma apresentação do plano de texto referencial, em que juntamos a apresentação sumária e a descritiva com o acréscimo de partes principais do texto, montando um raciocínio do todo do texto, buscando facilitar o entendimento de leitores e contribuindo para identificar a textualidade e para a construção da orientação argumentativa do texto. Apresentamos o plano de texto referencial da defesa em poucas páginas, sem perder o conteúdo principal proposto pelo autor do texto.

**Palavras-chave:** Análise Textual dos Discursos. Plano de texto. Processo de *impeachment*.

## ABSTRACT

This work is an excerpt from a doctoral thesis that investigates the textual plan and the discursive representations (Rd) of Eduardo Cunha and Dilma Rousseff in the impeachment process No. 001/2016 - AGU - which deals with the legal discourse of the defense of the President. The theoretical perspective we adopt comes from the assumptions of Text Linguistics, with a focus on Discourse Text Analysis (ATD). In the field of ATD, we refer to Adam (2011) and Passeggi *et al.* (2010). Based on this approach, we observed that the textual level is located at the discursive level and that the meanings of the entire textual manifestation take place contextually. In this excerpt, we carry out the study concerning the textual plan and the argumentative orientation in which we refer to Adam (2011), Passeggi *et al.* (2010), Rodrigues, Passeggi and Silva Neto (2010), Passeggi (2001), among others. Thus, we propose definitions for the reproduction or presentation of the textual plan as summary, descriptive, summary-descriptive and reference, presenting the first three in our theoretical content, verifying the recurrence in works produced in the area of ATD. In our analysis, we proposed a presentation of the referential text plan, in which we combine a summary and a descriptive presentation with the addition of key parts of the text, constructing a logical flow of the entire text in order to facilitate readers' understanding and contribute to identifying textuality and the construction of the text's argumentative orientation. We present the referential text plan for the defense in a few pages, without losing the main content proposed by the text's author.

**Keywords:** Textual Analysis of Discourses. Text plan. Impeachment process.

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bolsista da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN (FAPERJ). Pau dos Ferros/RN, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4084-0605>. E-mail: [prof.josinaldopp@gmail.com](mailto:prof.josinaldopp@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2015, o presidente da Câmara dos Deputados Federais, Eduardo Cunha, recebeu uma denúncia com um pedido de *impeachment* contra a Presidenta da República Dilma Vana Rousseff por crime de responsabilidade. A acusação foi apresentada pelos advogados Janaina Pascoal e Hélio Bicudo e tramitou nesse órgão do legislativo, resultando na abertura de um processo de *impeachment*. O pleito seguiu para o Senado, recebendo, em agosto de 2016, um parecer para que o mandato da Presidenta da república fosse impedido.

O processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff culminou no impedimento de uma Presidenta legitimamente eleita, que deu início a um período de dúvidas na nação brasileira em relação às instituições políticas, jurídicas e sociais.

Com o advento da denúncia por crime de responsabilidade, foi elaborada a defesa da ex-presidenta da República, Dilma Vana Rousseff. Este é um texto importante uma vez que o Advogado Geral da União (AGU) José Eduardo Cardoso deixa registrado como se iniciou esse capítulo da história do Brasil. O texto jurídico se trata do processo 01/2016, com 201 páginas, encaminhado à Câmara dos Deputados em 4 de abril de 2016, pelo Advogado Geral da União (AGU).

Nesse sentido, e com o objetivo de compreender a textualidade desses gêneros, a Linguística Textual, especificamente, os estudos em ATD tem se preocupado, entre outros aspectos, em compreender como funcionam as construções linguísticas e discursivas de texto da esfera jurídica. Nesse recorte<sup>2</sup>, temos o objetivo de investigar o plano de texto e a orientação argumentativa na defesa da Presidenta Dilma Rousseff.

A perspectiva teórica que adotamos advém dos pressupostos da Linguística do Texto, com foco na Análise Textual dos Discursos (ATD). Com base nessa abordagem, observamos que o nível textual está situado no nível discursivo, ou seja, as construções de sentidos ocorrem por meio de elementos linguísticos micro e macro textual para um campo maior, o discursivo e, assim, os significados de toda manifestação textual acontecem co(n)textualmente. Para fundamentarmos a análise, recorreremos a Adam (2011), Passeggi *et al.* (2010), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), Passeggi (2001), dentre outros.

Além das contribuições que nossa pesquisa traz para os estudos da linguagem, compreendemos a importância social de realizarmos a interpretação e divulgação do discurso de defesa da ex-presidenta Dilma, uma vez que se faz necessário registrar em outros textos o contexto em que uma chefe de Estado foi destituída do seu cargo, como também pela importância política, econômica e social que esse tema tem alcançado para a história do Brasil, levando a ascensão de políticas que aumentaram a desigualdade social da nação brasileira.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como documental, pois analisamos o documento jurídico de defesa da ex-presidenta da república, verticalizando para os estudos da textualidade e da discursividade. Trabalhamos com a abordagem de pesquisa qualitativa, segundo a acepção de Triviños (2007), para quem essa abordagem de pesquisa trata de

---

<sup>2</sup> Este trabalho é um recorte, com reformulações e ajustes, de nossa tese de doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Na referida tese, investigamos o plano de texto e as representações discursivas (Rd) de Eduardo Cunha e Dilma Rousseff no processo de *impeachment* de número 001/2016 – AGU – que trata do discurso jurídico da defesa da Presidenta Dilma Rousseff.

descrições de um fenômeno em um contexto, com uma visão subjetiva, rejeitando expressões quantitativas. O foco é, portando, desenvolver uma interpretação qualitativa, coerente, lógica e consistente.

A partir de um contexto específico, o pesquisador é o principal responsável por sua pesquisa, pois é ele quem, por meio dos dados e do método utilizado, realiza as descrições e as suas interpretações. Neste trabalho, analisamos textos concretos a partir dos estudos da ATD, especificamente, o plano de texto e a orientação argumentativa no texto jurídico. Nesse sentido, por meio da estrutura composicional, verificamos como o conteúdo semântico-discursivos faz relação como o plano de texto na construção da orientação argumentativa no discurso jurídico de defesa da Presidenta Dilma Rousseff durante o processo de impedimento.

Para a análise dos dados, seguimos os estudos de Minayo (2004, p. 75), que elucidam três fases para a análise de conteúdo: “pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação”, ou seja, na primeira fase, uma leitura prévia do *corpus* com anotações, observações sobre regularidades e decisão sobre categorias de análises, em seguida a descrição e aplicação das categorias e, por fim, a interpretação.

De acordo com as fases propostas por Minayo (2004), construímos as etapas de interpretação dos dados que seguem as seguintes fases, sem, necessariamente, obedecerem a uma ordem cronológica:

**1ª Fase:** Escolha do *corpus* de nº. 001/2016 – AGU, defesa da Presidenta da república, em resposta ao documento nº. 001/2015 - Denúncia contra a Presidenta da república, por crime de responsabilidade, retirada<sup>3</sup> do portal da Câmara dos Deputados.

**2ª Fase:** Seleção do critério de análise para o plano de texto e as orientações argumentativas em defesa de “Dilma Rousseff”;

**3ª Fase:** Verificação e descrição das formas de análise do plano de texto com base nos estudos da ATD e a elaboração de uma nova perspectiva de análise da apresentação do plano de texto para os estudos nessa área;

**4ª Fase:** Aplicação, definição de apresentação do plano de texto e interpretação das orientações argumentativas com a construção de quadros.

Por fim, esse é o nosso percurso metodológico, em que situamos o leitor sobre as principais informações técnicas do trabalho, visando, assim, facilitar a sua compreensão macro. A seguir, a nossa apresentação teórica.

### 3 ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS (ATD)

A ATD, segundo Passeggi *et al.* (2010), é um campo teórico-metodológico que articula a Linguística Textual (LT) e a Análise do Discurso (AD). De acordo com Adam (2011, p. 23), a gênese da ATD está na LT e com a perspectiva teórico-metodológica na Análise do discurso (AD) que, assim, constitui-se “uma teoria de produção co(n)textual de sentido que deve fundar-se na análise de textos concretos”. Adam (2017, p.47) deixa claro que

[...] a LT não é a ciência integrativa do discurso e das interações. Definidas como um campo interdisciplinar. [...] A LT é então, um subdomínio da AD e da análise da conversação (AC), e seu papel consiste em fornecer uma teoria consistente da textualidade e dos procedimentos de análise dos textos.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/denuncia-contr-a-presidente-da-republica/documentos/ouros-documentos/manifestacao-da-denunciada/ManifestaodaDenunciada.PDF>. Acesso em: 14 set. 2023.

A LT é uma teoria da textualidade que fornece a AD e a análise da conversação (AC) procedimentos de análises necessários para que texto e discurso se correlacionem e se complementem no processo de interação dos sujeitos. Adam (2017) é categórico ao mostrar que a LT, AD e AC são teorias distintas, cada uma fornece à outra os procedimentos necessários para desenvolver uma teoria geral que o autor à chama de teoria do conjunto, pois é interdisciplinar e intradisciplinar, para, assim, buscar subsídios com o objetivo de melhor compreensão do texto nas suas múltiplas facetas sociais. Para fundamentar esse ponto de vista, Adam (2017, p. 47) afirma que “desde que haja *texto*, isto é, o reconhecimento de que um conjunto de enunciados forma um todo comunicativo, há o efeito de *genericidade*, quer dizer, a inserção desse conjunto de enunciados em uma categoria de discurso”.

Nesse sentido, a complementariedade ocorre na LT com o texto, não apenas como o agendamento dos enunciados, ou seja, a contribuição de ligações entre palavras, frases, parágrafos e a formação do plano de texto, mas nas suas múltiplas práticas discursivas, organizado pelos gêneros discursivos, pois no momento que se tem um texto, conseqüentemente, há um gênero, ligado a uma formação sócio-histórica discursiva. Observamos a textualidade interagindo com a discursividade, ou seja, a LT encontrando a AD. Ainda de acordo com Adam (2017, p.41).

[...] à problemática do *tudo* textual é da emergência de um “sentido expresso e compreendido” que, sendo maior do que a soma das partes constituintes do texto (palavras, frases) exige, por conta disso, uma formulação mais complexa, capaz de levar em conta a dimensão textual dos fenômenos textuais (atos de discurso, e gêneros do discurso, contexto das práticas sociodiscursivas e de interação) é por essa razão que eu me dedico a elaboração de uma LT aberta à discursividade, que eu chamo de “Análise textual dos discursos”.

Estudar o texto de uma forma que possa ir além do conteúdo escrito e também de suas partes constituintes, é observar toda a sua complexidade nas mais diversas práticas discursivas. O autor bem coloca que são estudos em um sentido maior, ou seja, verificando que a interação nos diversos âmbitos sociais é definitiva para compreender o texto em toda a sua complexidade. Para tanto, uma LT que busque no texto apenas conteúdo linguístico e partes constituintes não é suficiente, mas uma LT aberta à discursividade é o objetivo de Adam (2017) para, assim, alcançar o objetivo de alargar o seu conceito de texto como práticas discursivas e, desse modo, estudar os vários gêneros discursivos que emergem na sociedade contemporânea.

Adam (2017) apresenta uma fala de Saussure, em que mostra como uma frase já pode ser considerada em um nível discursivo: “a frase só existe na fala, na língua discursiva enquanto a palavra é uma unidade que vive fora de todo discurso no tesouro mental” (SAUSSURE, 2002, p.117). Ainda sobre a relação entre texto e discurso, Queiroz (2013, p.22) afirma que:

A ATD é uma área de perspectiva teórica, metodológica, descritiva e interpretativista que concebe ‘o texto e o discurso em novas categorias’ que se complementam e são condicionadas mutuamente. Assim sendo, podemos interpretar que a ATD tem a sua origem na LT, mas que a sua perspectiva teórico-metodológica se enquadra na área da Análise do Discurso.

Com a autora, entendemos que a ATD tem a sua base na LT, buscando os seus conceitos de texto enquanto interação, associados aos estudos da textualidade, sequências, enunciado, entre outros, mas com uma perspectiva metodológica situada na AD. As análises em ATD buscam os sentidos discursivos dos textos por meio dos conceitos

já estabelecidos pela AD, ou seja, os sentidos são construídos pelo cotexto e pelo contexto. Em suma, Adam (2011, p. 63) afirma que a ATD tem como objetivo:

[...] teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto [...] concerne tanto à descrição e à definição das diferentes unidades com às operações, em todos os níveis de complexidade, que são realizadas sobre os enunciados.

Entendemos, pois, que a ATD, por meio da descrição das unidades e o encadeamento dos enunciados, forma um determinado discurso em um determinado contexto sociocultural, ou seja, é uma cooperação contínua dos aspectos textuais com os discursivos, buscando um objetivo específico na interação entre os sujeitos.

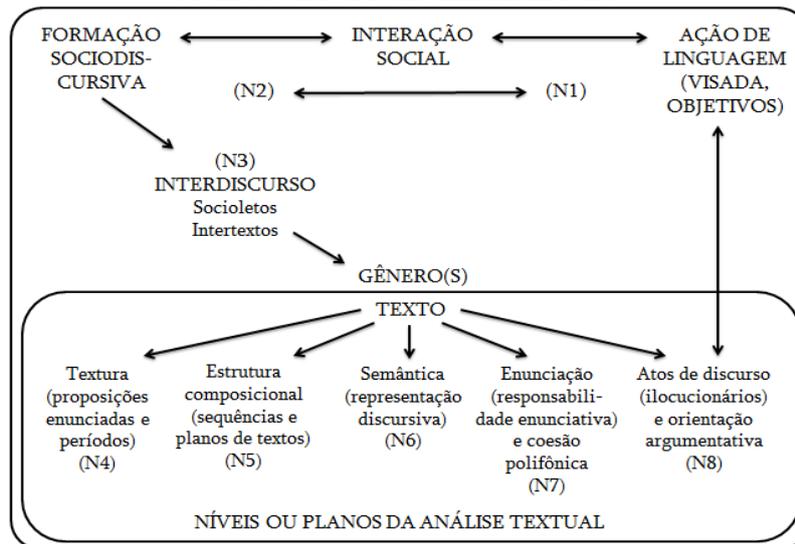
Nesta rede de informações, o texto e o discurso se completam, uma vez que não é possível a existência de um sem o outro, ou seja, do texto emana o discurso, esse discurso leva em conta o produtor, a formação discursiva, o lugar e o tempo em que se pronuncia/escreve e se inscreve o discurso, como também os objetivos do locutor, no momento em que o constrói. No mesmo sentido, não há discurso se não estiver inserido em um texto, com todas as escolhas linguísticas feitas por este locutor para, assim, alcançar o objetivo pretendido.

Para o autor, a AD se preocupa com a funcionalidade do texto enquanto discurso. A partir do conteúdo linguístico, surgem as construções dos efeitos de sentidos formados pelo texto. O discurso segue toda a influência da formação discursiva em que o locutor se encontra, ou seja, a formação discursiva regula as construções linguísticas e o gênero textual é usado para um determinado objetivo durante a interação com um interlocutor. Assim, por meio da LT, os aspectos discursivos são formados a partir do aparato linguístico, ou seja, o encadeamento das sequências, dos períodos (nível microtextual) até o nível maior (nível macrotextual), que está relacionado à progressão temática, bem como à coerência global do texto.

### 3.1 Níveis de análise textual e de discurso

Neste tópico, apresentamos os níveis da análise do discurso e do texto. Para esse entendimento cíclico entre o texto e o discurso, Adam (2011, p. 61) traz na obra em destaque, uma sequência de esquemas e, no seu esquema 4, mostra os níveis de análise de discurso e esta relação entre o texto e o discurso, propondo as categorias de análise para a ATD. Mostramos a seguir esse esquema na Figura 01.

**Figura 01:** Esquema 4 - Níveis da análise do texto e do discurso  
NÍVEIS OU PLANOS DA ANÁLISE DE DISCURSO



Fonte: (ADAM, 2011, p. 61)

No esquema 04, visualizamos um quadro maior que está relacionado aos planos da análise do discurso e, dentro deste, o que se refere aos níveis ou planos de análises do texto. No processo de construção dos enunciados, o plano do discurso direciona o locutor para os níveis do texto. No processo de interpretação de dados, entendemos que os níveis do texto direcionam o locutor para um nível maior: o discurso. Observamos ainda um jogo de setas com pontas duplas que nos leva a entender essa ideia circular de relação entre o texto e o discurso. Dessa forma, o autor nomeia os níveis ou planos da análise de discurso.

Nesse sentido, no (N1) e (N2), estão inseridas a ação de linguagem (visada, objetivos), ou seja, o momento que o locutor usa a linguagem para formar um discurso, oral, escrito, verbal ou não verbal, e a interação social, uma vez que o discurso, para alcançar seu objetivo, precisa estar em interação com o outro e a formação discursiva, que se trata do que pode ser dito dependendo da posição em relações de classes que o sujeito está inserido em determinado lugar discursivo (MAZZOLA, 2009).

Dessa forma, chegamos aos planos de análise textual que Adam (2011) os coloca em cinco níveis de análise. Nesses níveis, é possível verificar a composição do texto apresentado pela Linguística Textual e que a ATD utiliza para realizar suas análises. Nesse sentido, observamos: (N4) textura (proposições, enunciados e períodos); (N5) estrutura composicional (sequências e planos de textos); (N6) semântica (representações discursivas); (N7) enunciação (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica); e (N8) com os atos de discursos (ilocucionários) e orientação argumentativa.

Desse modo, este trabalho aborda os níveis 5 e 8 com a estrutura composicional e a orientação argumentativa. Segundo Adam (2011, p.122), "todo enunciado possui um valor argumentativo, mesmo uma simples descrição, desprovida de conectores argumentativos", ou seja, não há gêneros textuais sem valor ilocucionário e plano de texto. Essa correlação entre esses aspectos é necessária na produção textual. Portanto, todos os níveis de análise, tanto do texto, quanto do discurso estão interligados e se complementam; por exemplo, em nossas análises do plano de texto, verificamos que a própria ordem das seções contribui para objetivos ilocucionários, também observamos a correlação com o nível da orientação argumentativa, por meio do uso das proposições-

enunciados na intenção de convencer seu interlocutor e, assim, realizar a defesa da Presidenta.

### 3.2 Plano de texto

Todo texto é constituído pelas relações entre o texto e o discurso, ou seja, a segmentação, as ligações de continuidade e o valor ilocucionário. Concordamos com Silva Neto (2014, p. 42) quando afirma que:

[...] os planos da análise textual estão situados numa dimensão englobante, composta pelos planos da análise do discurso. [...] em termos práticos, os usos da língua, expressos na materialidade do texto (enquanto enunciado), são considerados na perspectiva da enunciação, correspondente à dimensão discursiva em que se dá a linguagem verbal em questão.

Nesta perspectiva, compreendemos que a relação entre a materialidade textual e discursiva são interdependentes na composição do plano de texto, contribuindo na construção da textualidade dos gêneros textuais nos diversos contextos e lugares específicos de circulação. Cabral (2013, p. 244) ainda complementa que:

O plano de texto, ao explicitar a estrutura global do texto, a forma como os parágrafos se organiza, a ordem em que as palavras se apresentam no texto, pode fornecer os elementos necessários à compreensão e à produção, uma vez que, para a percepção/elaboração da estrutura global do texto, o leitor lança mão de seus conhecimentos linguístico e textual.

Percebemos a estrutura se relacionando com a textualidade na construção de sentidos. A autora ainda afirma que extrair um plano de texto contribui na construção do sentido para o leitor, pois quando se percebe as partes do todo de um texto é possível estabelecer a sua coerência. Para Adam (2011, p. 283), “compreender um texto é ser capaz de passar da sequência (ler-compreender os enunciados como vindo um após os outros) à figura (configuração inteligível de relações)”. Um leitor não deve se dirigir ao texto apenas para decodificar, mas entender as suas relações com todo o universo discursivo de produção e aplicar os seus conhecimentos enciclopédicos e de mundo para atribuir os sentidos. Assim, o plano de texto se torna fundamental para o leitor compreender a essência do texto, ou seja, a intenção do autor.

Adam (2011) afirma que, é a partir dessa sucessão de enunciados sequenciais formando esta estrutura, que o leitor vai conseguir realizar uma possível interpretação do sentido do texto. A figura 02 foi formulada por Passeggi *et al.* (2010, p. 298) para, a partir da visualização, entendermos melhor a ideia de estrutura sequencial composicional do texto.

**Figura 02** - Estrutura sequencial-composicional



Fonte: (PASSEGGI *et al.* 2010, p. 298)

Na figura 02, observamos essa estrutura sequencial composicional girando em torno de um plano de texto, podendo ser convencional ou ocasional, uma vez que, para Adam (2008), os planos de textos desempenham um papel fundamental na composição macrotextual de sentido. Adam (2011, p. 258), ao falar da estrutura sequencial composicional, afirma que "os planos de texto estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais. Eles permitem construir (na produção) e reconstruir (na leitura ou na escuta) a organização global de um texto, prescrita por um gênero".

Nessa interpretação, o autor coloca a função do produtor/locutor de construir o sentido, e a função do alocutário/leitor a de reconstruir, tanto um quanto o outro, com suas finalidades específicas. Seguindo esse mesmo raciocínio, no sentido de ampliar a conceptualização, Passeggi *et al.* (2010, p. 297) informam que "os planos de texto são responsáveis pela estrutura composicional do texto, sobretudo nos casos em que os encadeamentos de proposições ou períodos não chegam a formar claramente sequências". Nessa visão, entendemos a que se referem as atribuições dos planos de textos, uma vez que são eles, juntamente com os gêneros textuais, os responsáveis pela construção e reconstrução dos sentidos entre locutor/produtor e alocutário/leitor em uma interação. Ainda referente a esta discussão, Queiroz (2013, p. 31-32) afirma que

[...] os planos de texto são estudados em sua materialidade e estão relacionados à textura, à configuração, à segmentação de proposições e dos enunciados que formam os períodos, construindo assim o campo composicional, formado pelas sequências de base que encadeiam a unidade semântica do texto.

Vemos que o estrutura composicional está expressamente no nível textual, sendo ele responsável pela textura, pela parte da segmentação, da organização dos enunciados de forma coesa e segmentada para que, a partir de uma situação de

interação, o leitor construa sentido. Em Adam (2011, p. 258), temos o conceito de plano de texto convencional e ocasional:

Um plano de texto pode ser **convencional**, isto é, fixado pelo estado histórico de um gênero ou subgênero de discurso. Mas o plano de texto de um editorial, de uma canção ou de um poema, um texto de uma publicidade, de um discurso político, de uma novela ou de um romance é, com frequência, **ocasional**.

Sobre esses conceitos, entendemos que os gêneros com pouca flexibilidade, devido aos contextos não permitirem, são os convencionais. No que se refere aos ocasionais, são mais flexíveis, uma vez que o seu lugar de circulação permite que eles, até mesmo, se unam com outros gêneros.

A partir dos estudos de Adam (2011) sobre a estrutura sequencial composicional, há diversas pesquisas que a aplicam em muitos gêneros discursivos com o objetivo de apresentá-los e analisá-las. Descortinar como esses gêneros são articulados, no que se refere ao plano de texto, tem sido relevante para as investigações do texto, uma vez que, a partir dessa composição textual é possível compreender melhor como os conteúdos semânticos e argumentativos são construídos nas pesquisas em LT.

Diante do contexto apresentado, compreendemos que há uma necessidade de pensarmos em formas de reprodução na escrita ou apresentação do plano de texto. Levando em conta algumas produções de pesquisas no campo da ATD, artigos, monografias, dissertações e teses, que também investigam e analisam plano de texto de determinados gêneros, por exemplo, Queiroz (2013), De Paula (2017), Lopes (2017), Rodrigues (2018), dentre outras, observamos que essas pesquisas realizam apresentação ou reprodução distintas dos planos de texto. A partir das leituras desses trabalhos, apresentamos definições para como esses planos de textos são reproduzidos na escrita dos autores supracitados. Nesse sentido, nesta pesquisa, apresentamos quatro (04) definições para as apresentações ou reproduções dos planos de textos, a sumária, a descritiva, a sumária-descritiva e a referencial.

A primeira definição é a sumária, pois uma das formas de apresentação do plano de texto é por sumário, uma vez que esse gênero precisa ser explicitamente assinalado. Assim, a partir da construção de um sumário, de forma escrita ou oral, nomeamos essa primeira forma de apresentação de sumária.

A segunda definição, a descritiva, se trata de uma apresentação de partes do texto com a localização da página dos devidos blocos de textos. A abordagem descritiva vai além de um sumário e apresenta partes do texto, ou situa o leitor entre quais páginas está situado aquele tópico apresentado.

A terceira definição é a Sumária-descritiva que é um tipo de apresentação do texto em que engloba as duas anteriores, ou seja, um sumário das partes do texto, blocos de textos e a localização dos números das páginas.

Essas três formas de reproduções apresentadas acima são as que constatamos em nossas leituras de trabalhos de monografias, dissertações, teses, capítulos de livros etc. Assim, propomos uma outra forma de apresentação do plano de texto, a referencial. Nessa proposta de reprodução ou apresentação dos planos de texto, o autor agrega as três definições anteriores e acrescenta mais um aspecto que contribui para ampliar a interpretação do leitor do gênero textual que está sendo apresentado por um plano de texto oral ou escrito. Esse acréscimo se trata do que nomeamos de tópicos ou campo

referencial do conteúdo posto na seção do texto em que o autor ou pesquisador está apresentando o plano de texto.

Nos trabalhos citados, podemos observar as primeiras três definições, com a presença apenas da sumária, da descritiva, ou uma relação entre elas duas, a sumária-descritiva. No entanto, nas pesquisas sobre planos de textos podemos trabalhar com a apresentação referencial em que as duas primeiras estão presentes, mas com um nível maior de apresentação do conteúdo semântico para o leitor.

A seguir, realizamos uma ilustração de apresentações de planos de textos realizados por alguns autores por meio das definições que postulamos anteriormente.

Começamos pela definição sumária. Essa forma de reprodução ou apresentação é importante, pois um plano de texto que apresenta as partes que compõem um gênero textual pode fazer um leitor se interessar pelo texto. No entanto, para alguns gêneros textuais é necessária a disponibilização de mais informações nos seus planos de texto, facilitando a compreensão e interpretação do leitor. Esse plano de texto é semelhante à construção de um sumário de um gênero textual. Vejamos o plano de texto do gênero homilia proferida pelo Papa Francisco na missa pela evangelização dos povos, em Lopes (2017):

**Quadro 01:** Plano de texto da homilia

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<Cabeçalho>	< Apresentação >	< Desenvolvimento >	< Fechamento >	< Adendo >

Fonte: (LOPES, 2017, p.91)

O plano de texto acima pertence à pesquisa de dissertação de Lopes (2017) em que o autor trabalha com as representações discursivas do Papa Francisco, proferidas na missa pela evangelização dos povos. Em suas análises, o pesquisador, ao mostrar o plano de texto do gênero homilia, apresenta da forma posta acima. É essa a apresentação sumária do plano de texto. Assim, observamos que esse plano de texto é construído de forma sumária que compõe a homilia.

Em seguida, apresentamos o plano de texto reproduzido por Rodrigues (2018) em publicação do capítulo da obra *Análise Textual dos Discursos: Perspectivas teóricas e metodológicas*, em que temos mais um exemplo de análise sumária de plano de texto:

**Quadro 02:** Plano de texto da denúncia e da defesa da Presidenta Dilma Rousseff no processo de impeachment

PLANO DE TEXTO DA DENÚNCIA	PLANO DE TEXTO DA DEFESA
1. – Dos fatos: 2. – Dos crimes de responsabilidade: 2.1. – Dos decretos ilegais. Crime do art. 10, itens 4 e 6 da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950 3. – Da responsabilidade da denunciada: 3.1 – Da Natureza Jurídica do Processo de <i>Impeachment</i> 3.2. – Da omissão dolosa. 4. – Do pedido	I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS II. QUESTÕES PRELIMINARES III. MÉRITO IV. CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL V. CONCLUSÃO VI. DOS REQUERIMENTOS

Fonte: (RODRIGUES, 2018, p.54)

No quadro acima, a autora faz uma análise do plano de texto com foco no ponto de vista, responsabilidade enunciativa e a polêmica decorrente do propósito comunicativo dos dois gêneros. Há uma apresentação da tessitura da denúncia e da defesa da Presidenta Dilma Rousseff no processo de *impeachment*. Observamos que, no momento de apresentar o plano de texto, a autora também apresenta um plano de texto

referente a definição sumária. Como já apresentado anteriormente, o texto jurídico de defesa da Presidenta usado como *corpus* por Rodrigues (2018) é o nosso *corpus* de pesquisa, buscamos realizar uma contribuição para os estudos da ATD, apresentando um plano de texto referencial.

Em seguida, realizamos a ilustração da definição descritiva de apresentação ou reprodução do plano de texto.

**Quadro 03:** Plano de texto da narrativa o Lobisomem (SOUZA; MENDES; FONSECA, 2011)

<b>L243d — L249d Entrada Prefácio Pn0</b>
H84: Sobre o lubisome ... eu conto que já me ateí DUAS NOITE cum um lubisome...
[...]
<b>L417d — L422d Encerramento PnΩ</b>
H84: ... fui chegá im casa no ôto dia... aí ele disse... Mané... aonde durmiu? ... lá na casa de Siá Conceição ... aí eu digo/ lá fumo ((ri)) ... aí eu diche ... "eu durmi ali lá na casa de Siá Conceição... im Siá Conceição ... cheguei agora"... e cumo de fato... véi... nesse povuado/ mar foi no cacete! ... mar... tēi ũa coisa só peguei ele no cacete porque eu já fia risistença no coipo... risistença de munto tempo... só peguei ele porque eu fia risistença no coipo... porque se num tivesse/

Fonte: (DE PAULA, 2017, p. 37)

De Paula (2017) faz em sua dissertação uma análise das representações discursivas dos remanescentes quilombolas de Portalegre/RN em narrativas contadas, retiradas do livro *A fala de remanescentes quilombolas de Portalegre do Brasil*, publicado por Souza, Mendes e Fonseca (2011). Ao propor uma apresentação do plano de texto, o autor usa a definição descritiva, uma vez que não apenas sumariza as partes da narrativa, mas apresenta trechos do conteúdo do texto dentro da proposta de Adam (2011) sobre o plano de texto de uma narrativa, apresentando a localização das linhas, mas não apresenta a página onde a narrativa se localiza no livro.

Vejamos a seguir o próximo exemplo com a ilustração da definição sumária-descritiva elencada nessa pesquisa.

**Quadro 04:** Plano de texto do discurso de Renúncia de ACM

Abertura (L1-16): saudação inicial e um quadro descritivo da situação de acusação (verdade/mentira) vivida pelo locutor. Em seguida a apresentação dos fatos (L17-22).
Sequência argumentativa (L24-131) em passagens narrativas: avaliação negativa e críticas ao governo FHC, esclarecimentos e prestação de contas para provar que não cometeu crime de falta de decoro (L132-174).
[...]
Explicações e justificativas sobre o papel exercido como parlamentar (L422-493). A escolha de voltar para a Bahia.
Síntese da justificativa de renunciar o mandato de Senador (L494-542).
Encerramento final e renúncia propriamente dita (L543-584).

Fonte: (QUEIROZ, 2013, p.104)

Nesse quadro, Queiroz (2013) apresenta o plano de texto do objeto de pesquisa da sua tese sobre as representações discursivas do locutor e dos alocutários no discurso político de renúncia de Antônio Carlos Magalhães. Percebemos que na análise do plano de texto feita pela autora, não se trata, apenas, da reprodução sumária, mas que além da sumarização há uma descrição dos conteúdos do texto e a localização das linhas onde eles se encontram. Estamos diante da definição descritiva do plano de texto, em que essas formas de apresentação ou reprodução pode ser vista de forma correlacionada em um mesmo plano de texto. Como é o caso da pesquisa de Queiroz (2013) em que a autora faz uma apresentação sumária-descritiva do plano de texto, pois apresenta, além do sumário e da localização em linhas, uma descrição dos conteúdos do texto.

De fato, é possível analisar os planos de texto de forma mais específica, ou seja, uma apresentação referencial do plano de texto, em que o leitor tem acesso a uma visão mais profunda do conteúdo semântico do gênero. É nesta perspectiva que propomos a definição referencial de apresentação ou reprodução de planos de textos, uma vez que ela, além de sumarizar e mostrar partes do gênero textual, disponibiliza, para o leitor, uma visão mais ampla do conteúdo de determinada seção que vai além da apresentação sumária ou exposição de partes do texto e suas localizações das páginas ou linhas de cada seção do gênero textual.

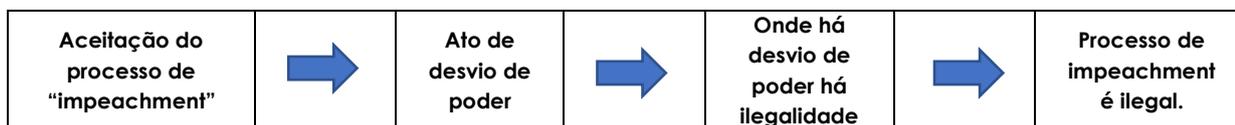
No capítulo 4 realizamos uma análise com uma apresentação do plano de texto referencial da defesa da Presidenta Dilma Rousseff, no processo de *impeachment* e as descrições e interpretações de suas contribuições para a orientação argumentativa do texto.

#### 4 PLANO DE TEXTO E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NA DEFESA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

A partir de nossas leituras de trabalhos de pesquisas, apresentamos anteriormente a proposta de definições para a apresentação ou reprodução de planos de textos: as definições sumária, descritiva, sumária-descritiva e referencial. Mostramos que os trabalhos realizados sobre o plano de texto em ATD têm apresentado os planos de texto com as definições sumária e descritiva, como também uma junção dessas duas, formando a definição que chamamos de sumária-descritiva. Faz parte da nossa proposta de contribuição, a definição de apresentação do plano de texto referencial, em que, além de sumarizar tópicos de um gênero textual com a colocação de trechos e localização inicial e final das páginas, também informar um campo referencial sobre o conteúdo semântico desses tópicos, ou seja, a partir de uma segmentação de palavras, podemos referenciar o conteúdo de um tópico do texto, para que o leitor do plano de texto possa compreender melhor uma seção referente a um gênero textual; nesse caso, o gênero jurídico texto de defesa da Presidenta da república.

Nesse sentido, apresentamos o plano de texto referencial do texto da defesa da Presidenta Dilma Rousseff. Em um primeiro momento, apresentamos as seções do texto da defesa da Presidenta e as páginas onde começa e termina. Em seguida, há um quadro com topicalização textual do conteúdo da seção que faz relação e embasa a segmentação na formulação da apresentação do plano de texto referencial.

A forma de reprodução do plano de texto referencial apresenta em quadros e setas a progressão textual do conteúdo discursivo do gênero textual em cada uma das seções. Analisamos e interpretamos qual conteúdo referencial estava presente nas proposições enunciados de cada seção e construímos campos referenciais em que o leitor consegue realizar uma leitura macro de cada seção do texto analisado. A título de exemplificação a seção "II.1) A NULIDADE DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA EDUARDO CUNHA EM FACE DE NOTÓRIO DESVIO DE FINALIDADE", que está entre as páginas 30 (trinta) e 52 (cinquenta e dois) contém 22 (vinte e duas) páginas. Ao realizarmos a leitura das páginas, percebemos que o conteúdo semântico pode ser apresentado no seguinte campo referencial:



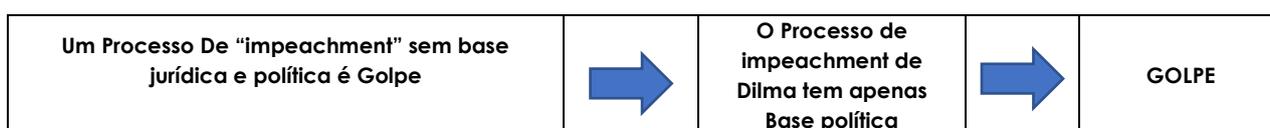
Fonte: Elaboração nossa (2023)

Dessa forma, ao juntar todas as seções do *corpus* e realizar a apresentação de todos os campos referenciais necessários, é possível possibilitar uma compreensão macro para o leitor do texto de 201 páginas de toda a defesa da Presidenta em apenas algumas páginas. Devido ao espaço proporcionado para essa publicação, apresentamos a seguir uma 4 amostra do plano de texto referencial.

## PLANO DE TEXTO

### I CONSIDERAÇÕES INICIAIS (p.02-30)

#### I.1. AS CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO DE "IMPEACHMENT" NO ESTADO DEMOCRÁTICO (p.02-14)



"d) que a própria lei ou seus intérpretes não poderiam tipificar como "crimes de responsabilidade" quaisquer atos praticados pela Presidenta da República fora do "exercício das suas funções" na "vigência do seu mandato", por força da já referida regra estabelecida no artigo 86, § 4º, do mesmo diploma constitucional. Deste modo, também ficaram excluídas desta tipificação delituosa os atos de autoria da Chefe do Executivo que por ventura tenham sido por ela praticados em período anterior, ou se reputem estranhos à sua função mesmo que praticados durante a vigência do seu atual mandato". (p.08).  
[...]

#### 1.2.) A LEGITIMAÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO PARA ATUAR NA DEFESA DE PRESIDENTA DA REPÚBLICA EM PROCESSOS DE "IMPEACHMENT" (p.14-24)



[...]  
"Advocacia-Geral da União representa inúmeros agentes públicos. Porém, no Executivo Federal, apenas um desses agentes ascendeu ao cargo por meio da votação direta, que é justamente a Presidenta da República. Daí a relevância de a advocacia pública assumir essa tarefa com a responsabilidade é de quem assume a defesa da própria democracia". (p.23).

#### 1.3.) A DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO PRESENTE PROCESSO DE IMPEACHMENT (p.24-30)

**Recebido de forma Parcial por Eduardo Cunha**

<sup>4</sup> Para visualização completa do plano de texto, o leitor pode visitar a tese "Plano de texto referencial e representações discursivas dos temas Eduardo Cunha e Dilma Rousseff na defesa da presidenta no processo de impeachment", de autoria de De Paula (2021), no link: [https://www.uern.br/controledepaginas/defendidas-em-2020/arquivos/6182z32\\_tese\\_de\\_josinaldo\\_revisada\\_final\\_refiticada.pdf](https://www.uern.br/controledepaginas/defendidas-em-2020/arquivos/6182z32_tese_de_josinaldo_revisada_final_refiticada.pdf).

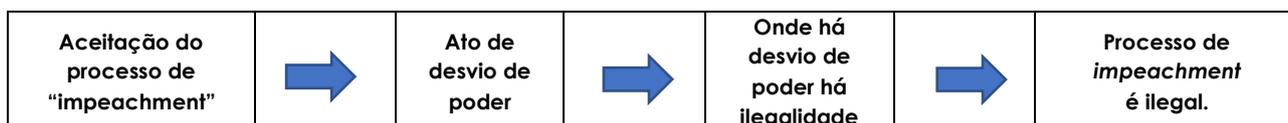
“10. Não há dúvida de que todas as acusações formuladas pelos DENUNCIANTES são gravíssimas, mas, por outro lado, é igualmente certo também que muitas delas estão embasadas praticamente em ilações e suposições, especialmente quando os DENUNCIANTES falam da corrupção na PETROBRÁS, dos empréstimos do BNDES e do suposto lobby do ex-Presidente da República LUÍS INACIO LULA DA SILVA. Não se pode permitir abertura de um processo tão grave, como é o processo de impeachment, **com base em mera suposição** de que a Presidente da República tenha sido conivente com atos de corrupção”.

[...]

“Como se verifica dos termos da decisão de admissibilidade exarada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, a *notitia criminis* apresentada foi rejeitada em sua maior parte, especialmente aquela referente aos supostos ilícitos ocorridos em 2014. Sobreviveu ela tão somente quanto aos fatos ocorridos no ano de 2015”. (p.28).

## II) QUESTÕES PRELIMINARES (p. 30-71)

### II.1) A NULIDADE DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA EDUARDO CUNHA EM FACE DE NOTÓRIO DESVIO DE FINALIDADE (p.30-52)

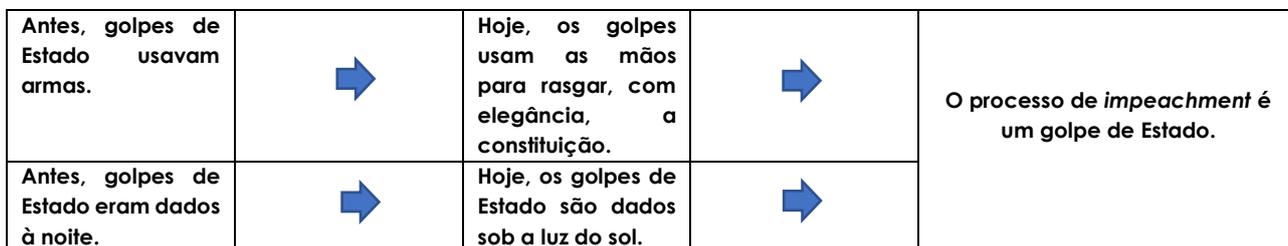


“E a conclusão jurídica, ditada pela doutrina e pela jurisprudência é clara: **onde há desvio de poder há ilegalidade, e onde há ilegalidade há nulidade. O presente processo de impeachment teve no seu ato inaugural uma manifesta ilegalidade. Todos os seus atos posteriores são, por conseguinte, completamente viciados. São nulos de pleno direito**”. (p.46).

[...]

## V. CONCLUSÃO (p.197-200)

“Hoje, de fato, os golpes não são mais urdidos em quartéis na calada da noite. A realidade dos dias atuais e os valores dominantes em todo o mundo não mais permitem que assim seja. Nos dias atuais, os golpes são igualmente violentos, mas acabam sendo fundados em uma retórica democrática discursiva vazia e destituída de qualquer conteúdo real. São engendrados sob a luz do sol, com transmissão ao vivo pelas redes de comunicação e com informações *on-line* transmitidas pelas mídias sociais. Tudo com a aparência da mais absolutamente legitimidade. Hoje, não mais se usam armas letais para a derrubada, à força, de um governo legitimamente eleito. Tais ações estão fora de época. Hoje, para os golpes de Estado, usam-se apenas as mãos para que sejam rasgadas, com elegância e discrição, páginas das constituições sobre as quais foram afirmadas a existência de Estados Democráticos de Direito”. (p.198).



## VI. DOS REQUERIMENTOS (p. 200-201)

“h) no mérito, que seja rejeitada a denúncia, não prosseguindo o processo de impeachment, tendo em vista a ausência de qualquer conduta imputável à Presidenta da República, a atipicidade das condutas descritas e a presença de excludentes de ilicitude e de culpabilidade”. (p.201).



O modo de apresentação ou reprodução do plano de texto referencial possibilita mais informações sobre o documento completo, contribuindo para o entendimento do conteúdo exposto nele. Observamos que a partir desse plano, toda a defesa da Presidenta, posta em 201 páginas de texto, pode ser compreendida em apenas algumas páginas, facilitando a compreensão do conteúdo em seu aspecto macro. O plano de

texto referencial também é uma ferramenta que dá a oportunidade de leigos na leitura de gêneros jurídicos compreenderem o conteúdo do texto completo.

Nas nossas reflexões teóricas sobre o plano de texto, verificamos que as outras três definições, a sumária, a descritiva e sumária-descritiva se correlacionam para a formação de uma apresentação do plano de texto referencial, pois temos a sumarização e a descrição de partes do texto. Complementamos, no plano referencial, adicionando fragmentos do texto que ilustram o conteúdo de cada seção do texto. No exemplo anterior, é possível verificarmos uma relação semântica entre o campo referencial e o título da seção; isso ocorre em algumas seções do *corpus*, mas em outras, não é possível essa verificação, são as proposições enunciados que revelam o conteúdo referencial.

Nessa perspectiva, podemos nos direcionar as 08 (oito) seções que ficam entre as páginas 82 (oitenta e dois), 118 (cento e dezoito), em que não apresentamos campos referenciais, pois compreendemos que o próprio título da seção já proporcionava ao leitor uma visão macro daquelas seções, ou seja, nessas seções utilizamos da categoria sumária. Assim, em uma apresentação do plano referencial, todas as reflexões teóricas sobre as definições de apresentação do plano de texto se correlacionam e contribuem para a compreensão global do discurso jurídico de defesa. A seguir, apresentamos na figura 03 uma síntese das visadas argumentativas de todas as seções, a partir do plano de texto referencial.

**Quadro 05** - Síntese das visadas argumentativas interpretadas a partir do plano de texto referencial

<b>Seções da defesa</b>	<b>visada argumentativa de cada seção</b>
<b>I.1. AS CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO DE "IMPEACHMENT" NO ESTADO DEMOCRÁTICO (p.02-14)</b>	O impeachment foi um golpe
<b>1.2.) A LEGITIMAÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO PARA ATUAR NA DEFESA DE PRESIDENTA DA REPÚBLICA EM PROCESSOS DE "IMPEACHMENT" (p.14-24)</b>	Defender Dilma Rousseff é defender a própria democracia
<b>II) QUESTÕES PRELIMINARES (p.30-71)</b>	
<b>II.1) A NULIDADE DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA EDUARDO CUNHA EM FACE DE NOTÓRIO DESVIO DE FINALIDADE (p.30-52)</b>	Processo de impeachment é ilegal
<b>11.2) DOS VÍCIOS PROCEDIMENTAIS NA TRAMITAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO DE ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE (p.52-53)</b>	
II.2.A) A INDEVIDA JUNTADA AOS AUTOS DA DELAÇÃO PREMIADA FEITA PELO SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL, COM CLARA OFENSA AO OBJETO DELIMITADO PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DA PRESENTE DENÚNCIA DE "IMPEACHMENT", EM MANIFESTO PREJUÍZO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA (p.53-60)	Foi juntada a denúncia de forma ilegal à delação de Delcídio do Amaral
II.2.B) A REALIZAÇÃO DE INDEVIDA ETAPA PROCEDIMENTAL, COM APROFUNDAMENTO DA OFENSA AO OBJETO ORIGINALMENTE DEFINIDO PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DA DENÚNCIA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE (p.60-66)	Realização de oitiva com os autores da denúncia como uma clara anomalia ilegal
<b>II.2.C) A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO REGULAR DA SRA. PRESIDENTA DA REPÚBLICA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OITIVAS DE ESCLARECIMENTO REALIZADAS PELOS DENUNCIANTES (p.66-71)</b>	A Presidenta não foi intimada, trouxe para o processo uma indevida realização

<p><b>III. MÉRITO (p.71-197)</b></p> <p><b>III.1. AS CARACTERÍSTICAS JURÍDICAS DO CRIME DE RESPONSABILIDADE: SUA TIPIFICAÇÃO, APURAÇÃO E JULGAMENTO (p.71-82)</b></p>	<p>Sem motivos legais para o “<i>impeachment</i>”</p>
<p><b>III.2. DA ACUSAÇÃO DE EDIÇÃO DE DECRETOS DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES EM SUPOSTO DESACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA (p.82)</b></p> <p><b>III.2.A) DA IMPUTAÇÃO (p.82-86)</b></p> <p><b>III.2.B) Distinção entre gestão orçamentária e gestão financeira (p 86-92)</b></p> <p><b>III.2.C) Da autorização de créditos suplementares ao orçamento aprovado (p.92-99)</b></p> <p><b>III.2.D) Como é elaborado um decreto de crédito suplementar (p.99-102)</b></p> <p><b>III.2.E) Os decretos de crédito suplementar questionados na denúncia (p.102-111)</b></p> <p><b>III.2.F) Despesas Financeiras - destinadas ao pagamento da dívida (p.111-114)</b></p> <p><b>III.2.G) DESPESAS OBRIGATÓRIAS (p. 114-118)</b></p> <p><b>III.2.H) DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (p. 118-123)</b></p>	<p>A interpretação dessa confusão mostra que inexistente qualquer irregularidade por parte da Sra. Presidenta da República</p> <p>Não existiu qualquer ilegalidade na edição dos decretos questionados na denúncia que motive um processo de “<i>impeachment</i>”</p>
<p><b>III.2.I) DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA META FISCAL DURANTE O PERÍODO (p.123-126)</b></p> <p><b>III.2.J) DO CUMPRIMENTO DA META E DA ANUALIDADE DO ORÇAMENTO (p.126-133)</b></p>	<p>A Presidenta Dilma Rousseff abriu créditos suplementares, mas ao final do ano de 2015, cumpriu a meta fiscal</p>
<p><b>III.2.K) ALTERAÇÃO DO POSICIONAMENTO DO TCU (p.133-145)</b></p>	<p>Inexiste qualquer irregularidade apta à configuração de crime de responsabilidade</p>
<p><b>III.3. A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL – A ATIPICIDADE DAS CONDUTAS (p. 145)</b></p> <p><b>III.3.A) DELIMITAÇÃO DO OBJETO DA DENÚNCIA (p.145-147)</b></p>	<p>Os créditos foram feitos de forma legal</p>
<p><b>III.3.B) PLANO SAFRA (p.147-168)</b></p>	<p>Não caracterizam nenhuma espécie de irregularidade, tanto menos de qualquer ilicitude</p>
<p><b>III.3.C) ATIPICIDADE DAS CONDUTAS (p. 168)</b></p> <p><b>III.3.C.1. DESCRIÇÃO GENÉRICA DOS FATOS E AUSÊNCIA DE CONDUTA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA (p.168-175)</b></p> <p><b>III.3.C.2 DA IMPOSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO À LRF SER CONSIDERADA CRIME DE RESPONSABILIDADE (p.175-177)</b></p> <p><b>III.3.C.3. DA ATIPICIDADE POR INEXISTÊNCIA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (p.177)</b></p> <p><b>III. 3.C.3.1 DA CONCEITUAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (p. 177-182)</b></p> <p><b>III. 3.C.3.2 DA NÃO CARACTERIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (p. 182-189)</b></p>	<p>Não há nenhuma conduta que se possa imputar a Presidenta.</p> <p>A acusação não traz elementos que constituam crime de responsabilidade.</p> <p>Não existe operação ilegal de abertura de créditos realizada pela Presidenta.</p> <p>Na abertura de créditos, o banco libera recursos para serem sacados.</p> <p>Leis, Decretos, portarias do Ministério da Fazenda etc., NÃO se constituem em abertura de créditos.</p> <p>Porque os trabalhadores rurais, a partir do Plano Safra, tiveram acesso a financiamentos <b>diretos</b> com o Banco do Brasil. Não ocorreram créditos do Banco do Brasil à União.</p>
<p><b>III.3.D) ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTO DO TCU (p. 189-193)</b></p>	<p>Não há qualquer recomendação ou decisão do TCU com relação ao ano de 2015.</p>
<p><b>IV. CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL (p. 193-197)</b></p>	<p>A criminalização da política fiscal no Brasil constitui um perigoso retrocesso, no campo livre do debate da evolução das ideias e</p>

	na aplicação das políticas públicas por governos democraticamente eleitos.
<b>V. CONCLUSÃO (p.197-200)</b>	O processo de <i>impeachment</i> é um golpe de Estado
<b>VI. DOS REQUERIMENTOS (p.200-201)</b>	Que seja rejeitada a denúncia, não prosseguindo o processo de <i>impeachment</i>

Fonte: Elaboração nossa (2023)

Percebemos que há, na primeira seção, o conteúdo semântico apresentando a visada argumentativa inicial de que o processo de *impeachment* se trata de um golpe de Estado. Essa é a orientação argumentativa macro do texto, a partir dela outras são desenvolvidas para fazer a sua fundamentação. Por exemplo, a visada argumentativa da seção 1.2 em que afirma sobre a importância da AGU defender Dilma, pois ao defender a presidenta, esta instituição está defendendo a própria democracia. Esse posicionamento argumentativo propõe que um golpe institucional de Estado é um retrocesso para a democracia e quem está sofrendo esse golpe, no caso a presidenta, precisa ser defendida, pois, nesse contexto de argumento que se trata de um golpe, a Presidenta representa a própria democracia.

Nesse sentido, a juntada argumentativa vai sendo tecida no decorrer das seções da defesa, mostrando de forma técnica que inexistente qualquer irregularidade apta à configuração de crime de responsabilidade, uma vez que descreve como se deu de forma legal a obtenção dos créditos do plano safra.

No capítulo II seção 2 subseção C, a fundamentação da visada argumentativa da defesa de que o processo foi um golpe de Estado continua e, nessa subseção, denuncia um jogo de poder e falta de respeito com a ocupante do mais importante cargo do país, por exemplo, na visada argumentativa "A Presidenta não foi intimada, trouxe para o processo uma indevida realização", ou seja, durante a aplicação do golpe, a Presidenta não foi intimada para prestar esclarecimentos diante de muitas acusações feitas nas oitivas realizadas, ocorrendo, assim, mais uma ação indevida que feriu seus direitos de defesa.

Diante do exposto das visadas argumentativas tanto das descrições e interpretações citadas e todas as presentes no quadro, o autor da defesa chega ao penúltimo capítulo, retomando a visada argumentativa macro de que o *impeachment* se trata de um golpe de Estado e, assim, o último capítulo com o requerimento para que a denúncia seja rejeitada e o processo de *impeachment* não prossiga.

Assim, finalizamos a exposição do plano de texto referencial, em que as descrições e interpretações possibilitaram a compreensão de suas funções na construção da orientação argumentativa do texto. Em seguida, apresentamos a nossa conclusão com a retomada do objetivo e apresentação dos principais resultados e conclusões.

## 5 CONCLUSÃO

No presente trabalho realizamos uma análise do plano de texto e sua correlação com a construção da orientação argumentativa da defesa da Presidenta Dilma Rousseff no processo *impeachment* número 001/2016 – AGU. Propomos nomenclaturas para as formas de apresentação de estudos sobre a estrutura sequencial composicional do texto a partir da perspectiva teórica da Análise Textual dos Discursos (ATD).

Assim, apresentamos, neste momento, resultados e conclusões alcançados ao longo deste trabalho, como também as contribuições teóricas e metodológicas para o estudo do texto, no que diz respeito aos níveis composicional e argumentativo do texto.

Nesse sentido, realizamos um levantamento, estudo e reflexões sobre o plano de texto em pesquisas no campo teórico da ATD, chegando ao resultado que há muitos

estudos nesse nível de análise. A partir desses estudos prévios sobre o plano de texto, elaboramos definições de apresentação ou reprodução desse nível de análise proposto por Adam (2011). Por meio das nossas verificações, propomos essas definições, que são modos de análises para as pesquisas em plano de texto como sumária, descritiva, sumária-descritiva e referencial. No levantamento realizado, os estudos que fazem análises do plano de texto de diversos gêneros, observamos a predominância das definições sumária, descritiva e sumária-descritiva. Após essa observação, realizamos a aplicação da apresentação referencial em nosso *corpus*.

O plano de texto referencial ou apresentação referencial do plano de texto se correlaciona com as outras definições e se diferencia delas ao apresentar um campo referencial que traz segmentações que resumem o conteúdo semântico de um capítulo ou seção de um gênero textual. Assim, a aplicação do plano de texto referencial, no qual trouxemos uma amostra nesse artigo, proporcionou a compreensão de todo o conteúdo presente em 201 páginas, facilitando a interpretação da textualidade para qualquer cidadão que queira compreender como se deu a defesa da Presidenta Dilma no processo de *impeachment*, como interpretar a orientação argumentativa macro que o autor buscou construir no texto da defesa da Presidenta no processo de *impeachment*.

Podemos verificar que a organização do plano de texto da forma que está posta na defesa é importante devido sua forma estratégica e, assim, contribui com a orientação argumentativa de defesa da Presidenta. A forma cotextual de apresentar a visada argumentativa macro de golpe de Estado logo no primeiro capítulo e retomar no último, após diversos argumentos que sustentam esse posicionamento, faz o leitor entender a progressão textual dos co(n)textos que levaram a recente quebra constitucional contra a democracia brasileira. Como exemplo de contexto, temos, nas visadas argumentativas, a retomada do contexto do patriarcado e machismo ainda presente nos valores do Brasil, uma vez que a defesa cita em vários momentos a insatisfação da maioria dos poderes dos legislativos, composto por homens, em não suportarem a presença de uma mulher íntegra e honesta na presidência do país.

Portanto, acreditamos que este trabalho contribui para os estudos em ATD em relação as reflexões sobre as formas possíveis de apresentação do plano de texto e sua correlação com a construção de teses macros e micros na orientação argumentativa de gêneros textuais discursivos.

## REFERÊNCIA

ADAM, J-M. **La linguistique textuelle**. Introduction à l'analyse textuelle des discours. Paris: A. Colin, 2008.

ADAM, J-M. **A Linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues; João Gomes da Silva Neto; Luis Passeggi; Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, J-M. O que é Linguística Textual? Tradução de Suzana Leite Cortez. In: SOUSA, E. R; F. PENHAVEL; E.; CINTRA, M. R. (org.). **Linguística Textual interfaces e delimitações**: homenagem a Ingedore Grunfeld Vilaça Koch. São Paulo: Cortez, 2017. p. 23-57.

CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. **Revista Signo**, v. 42, n. 73, jan./abril 2013.

DE PAULA, J. P. **Representações discursivas em narrativas contadas por remanescentes quilombolas de Portalegre/RN**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2017.

DE PAULA, J. P. **Plano de texto referencial e representações discursivas dos temas Eduardo Cunha e Dilma Rousseff na defesa da Presidenta no processo de impeachment**. 2022. 292 f. tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2021.

LOPES, F. L **Representações discursivas na Homilia do Papa Francisco proferida na santa missa pela evangelização dos povos**. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2017.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MAZZOLA, R, B. Análise do Discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, N.; SANTOS, J, J.(org.). **Análise do discurso: objeto, sujeito e olhares**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 06-16.

PASSEGGI, L. A estruturação sintático-semântica dos conteúdos discursivos: categorias descritivas da lógica natural para a linguística. In: PASSEGGI, L.; OLIVEIRA, M. S. (org.). **Linguística e educação: gramática, discurso e ensino**. São Paulo: Terceira Margem, 2001. p. 245-266.

PASSEGGI, L. et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: LEITE, M. Q.; BENTES, A. C. (org.). **Linguística de texto e análise de conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 262-312.

QUEIROZ, M. E. **As Representações discursivas do locutor e dos alocutários no discurso político de renúncia (Antônio Carlos Magalhães)**. 2013. 187 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

RODRIGUES, M. G. S; PASSEGGI, L.; SILVA-NETO, J. G. “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In: ADAM, J-M; HEIDEMANN, U; MAIGUENEAU, D; RODRIGUES, M. G. S; PASSEGGI, L; SILVA-NETO, J. G (org.). **Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 150-187.

RODRIGUES, M. G. A tessitura Textual da denúncia contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e a seção de conclusão da defesa. In: GOMES, A. T.; PASSEGGI, L.; RODRIGUES, M. G. S. (org.). **Análise Textual dos discursos: perspectivas teóricas e metodológicas**. Grácio editor, 2018. p. 51-64.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2002.

SILVA NETO, J. G. da. **As sequências textuais de gramática e texto: Elementos teórico-metodológicos para a sequência didática**. In: RODRIGUES, M. G. S; PASSEGGI, L; SILVA-NETO, J. G. (org.). **Linguística Textual e Ensino de Língua Portuguesa**. Natal, RN: EDUFRN, 2014. p. 31-58.

SOUZA, M.; MENDES, W. V.; FONSECA, C. M. V. **A fala de remanescentes quilombolas de Portalegre do Brasil**. Mossoró: Edições UERN, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

*Artigo recebido em: 17/06/2023*

*Artigo aprovado em: 30/08/2023*

*Artigo publicado em: 22/09/2023*

#### COMO CITAR

PAULA, J. P. de. Plano de texto referencial e orientação argumentativa na defesa de Dilma Rousseff no processo de impeachment. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 12, p. 1-20, e02324, 2023.